

Resistir no campo: etnografia das performances políticas de jovens indígenas e sem-terra no Paraná¹

Fernanda Marcon (UFFS)

Palavras-chave: Juventudes. Performance. Campo

Introdução

Este artigo se refere às reflexões iniciais do projeto de pesquisa que desenvolvo atualmente na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS). O objetivo da pesquisa é etnografar as performances políticas de jovens que atuam junto ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e diferentes movimentos ligados à causa indígena no Paraná. O interesse pelo tema ocorreu a partir de minha atuação como docente em um curso de licenciatura em Educação do Campo, no qual tive contato com jovens sem-terra e indígenas engajados em diferentes mobilizações políticas. O curso interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da UFFS, *campus* Laranjeiras do Sul-PR, existe desde o segundo semestre de 2013. Enquanto licenciatura, apresenta como perfil a formação de profissionais da educação para atuarem junto às escolas do campo, nas áreas de Ciências Sociais e Humanas, habilitando-os para lecionar nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. A proposta inicial do curso atrelou-se a uma demanda dos movimentos sociais pela criação da própria universidade na região, entendendo que para além de uma universidade pública e gratuita, era fundamental a emergência de uma universidade pública, gratuita e *popular*.

Como princípio estruturante da Educação do Campo, a modalidade de aprendizagem em regime de alternância também foi prevista pelo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para que os estudantes pudessem garantir a permanência do vínculo com sua comunidade de origem, em grande parte comunidades localizadas no campo, em assentamentos da reforma agrária, acampamentos, territórios quilombolas e indígenas. Nesse sentido, acabou por caracterizar-se o público contemplado pela oferta do curso, já que o regime de alternância atende principalmente à demanda por educação de jovens que não podem

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF.

afastar-se por completo das atividades no campo, nem conseguem manter-se financeiramente na cidade de Laranjeiras do Sul-PR, com gastos de moradia e alimentação. A partir do edital n.02/2012 – SESU/SETEC/SECADI/MEC do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) e em consonância com o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), 360 vagas foram ofertadas para o curso e estudantes oriundos de diferentes comunidades do interior do Paraná ingressaram na UFFS a partir de 2013. A cada etapa do Tempo Universidade ² convivem integralmente no espaço do Ceagro (Centro de Desenvolvimento Sustentável e Capacitação em Agroecologia), localizado no município de Rio Bonito do Iguazu – PR, jovens sem-terra, indígenas e pequenos agricultores, agora também estudantes de licenciatura.

A região onde está localizada a universidade também é conhecida como “Território Cantuquiriguaçu” e é reconhecida como a que abriga os maiores assentamentos de reforma agrária na América Latina, entre eles, os assentamentos Marcos Freire, Ireno Alves dos Santos, Rio Perdido, Celso Furtado, 08 de Junho e Passo Liso. Além destes, há também acampamentos (ocupações ainda não regularizadas pelo INCRA), alguns com muitos anos de existência, como é o caso do acampamento Herdeiros da Terra de 1º de Maio, Don Tomás Balduino, Vilmar Bordin e Recanto da Natureza. As terras indígenas (TI’s) também estão presentes na região, reunindo as etnias Kaingang e Guarani M’byá e Guarani Nhandéwa. Muitos estudantes do curso vêm das TI’s Rio das Cobras, Boa Vista, Mangueirinha e Marrecas, localizadas nas baías dos rios Iguacu e Ivaí.

A realidade a partir da qual estes estudantes partem para a vida universitária é compartilhada no sentido da luta por afirmação étnica e identitária, além da questão central do acesso à terra e demarcação de territórios. Minha inserção enquanto docente e antropóloga no contexto do curso de Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas, privilegiou-me, portanto, para o desenvolvimento deste projeto de pesquisa. A partir da interação cotidiana com estes jovens, pude verificar a importância de seu engajamento político tanto com relação ao próprio curso de Educação do Campo, quanto com relação à luta por ampliação e fortalecimento da reforma agrária, demarcação de territórios

² De acordo com a Pedagogia da Alternância, alternam-se dois períodos pedagógicos que interagem entre si: o “Tempo Universidade” e o “Tempo Comunidade”. Durante o Tempo Universidade os estudantes permanecem em tempo integral na universidade, cumprindo os componentes curriculares correspondentes ao semestre cursado; no Tempo Comunidade permanecem em suas comunidades de origem realizando trabalhos acadêmicos que se orientam por suas atividades cotidianas. Sobre a Educação do Campo e a Pedagogia da Alternância, ver: CALDART, Roseli (org.) Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

indígenas e investimento em programas de desenvolvimento agrário para pequenos agricultores. Além destas, são muitas as demandas da população do campo nesta região que conta com um dos piores IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) do estado do Paraná.

Como aponta CASTRO (2008), “juventude rural” ou “juventude camponesa” seriam historicamente categorias mobilizadoras da atuação política de jovens envolvidos diretamente com as lutas por reforma agrária e políticas públicas para o campo. No entanto, carregam também os preconceitos atribuídos a partir da perspectiva não-rural ou urbana sobre os modos de vida a que estão atreladas³. A invisibilidade e desvalorização da juventude nos contextos rurais e também a subordinação e dependência com relação à família seriam fatores decisivos para o aumento da migração dos jovens camponeses em direção às cidades. Ao mesmo tempo, a migração crescente e precariedade da vida dos jovens no campo também foi responsável pelo surgimento de movimentos de luta por direitos e afirmação da identidade camponesa, como é o caso da Pastoral da Juventude Rural, ligada à Igreja Católica.

A categoria “jovem” e as noções de infância e juventude têm sido constituídas historicamente de maneiras muito diversas, destacando-se uma visão majoritariamente negativa e tutelar sobre elas. Há uma extensa literatura sobre as juventudes que tem contribuído na desnaturalização do objeto e exposição de sua arquitetura teórica, tendo em comum o ponto de vista de que a juventude não é simplesmente uma categoria etária, geracional ou biológica (ARIÈS, 1978, BOURDIEU, 1983; COLEMAN, 1961; GENNEP, 1977, EVANS-PRITCHARD, 1978; MEAD, 1928; MALINOWSKI, 1983; MORIN, 1986; ABRAMO, 1994; ABRAMOVAY, 1999; SALLAS et al, 1999; SALLAS e BEGA, 2006). No entanto, a conceituação sobre juventudes continua não sendo consensual, assumindo diferentes perspectivas teórico-metodológicas, como as análises a partir das práticas juvenis e da teoria da *performance*. As etnografias sobre práticas juvenis contemporâneas têm apresentado questionamentos com relação aos paradigmas dominantes nas Ciências Sociais, especificamente as “grandes divisões” e dualismos que teriam estruturado maneiras específicas de construção dos objetos de análise. Além disso, como apontou Latour (1994), há nestas análises um investimento em tentar constituir a

³ A oposição rural/urbano foi amplamente discutida nas Ciências Sociais e, neste artigo, pretende igualmente ser colocada em perspectiva a partir da interlocução teórica com pesquisas etnográficas que tenham se debruçado sobre a questão das identidades camponesas e, principalmente sobre as juventudes no campo.

modernidade a partir de campos autônomos de atuação social, como a “política”, a “ciência”, a “técnica” ou a “religião”.

O projeto de pesquisa a que este artigo faz referência toma como premissa a impossibilidade de compreender a juventude no singular ou como um objeto reificado por um constructo teórico no qual se estabelece um dualismo com outras classificações, como velhice e infância. Além disso, escapa a ser entendido no interior da famigerada oposição sociológica entre o comportamento “normal” e “desviante”, como muitas vezes se tentou compreender a juventude em sociedades ocidentais. Em tempo, entende-se que há limitações em perceber a juventude a partir de um quadro teórico-metodológico no qual suas práticas sejam percebidas como políticas *ou* religiosas, políticas *ou* artísticas, separando ou opondo estes universos de atuação. Observadas a partir da perspectiva dos estudos dos rituais e da *performance* no campo antropológico, tais práticas pretendem ser abordadas em suas atuações *entre* estes universos, relacionando-os no cotidiano dos jovens. Assim, parte-se da hipótese de que as práticas relacionadas à resistência de jovens do campo, observadas enquanto *performances políticas*, ampliam o rendimento analítico das práticas juvenis e contribuem para uma compreensão menos fragmentada de suas vivências.

O campo da Antropologia das Juventudes

As Ciências Sociais têm se preocupado historicamente com as práticas juvenis e por muito tempo focalizaram as relações destas práticas com os modelos de sociedade a que se conformariam ou – como apresentam grande parte das análises no século XX – se contraporiam, de maneira anômica. Ao questionar os modelos de “integração social”, tal qual os desenvolvidos no interior de teorias funcionalistas, alguns estudos acabaram por privilegiar uma visão “instrumental” das Ciências Sociais, como pontuou Bourdieu (1998), considerando os objetos de pesquisa essencialmente como “problemas sociais”; isto é, as práticas juvenis seriam desviantes, anômicas, contestadoras da ordem social *per se*. Nesse sentido, a construção sócio-histórica do objeto passou por uma visão fatalista e pouco crítica das práticas juvenis e da própria categoria “juventude” / “jovem”, constituída de formas muito diversas em contextos específicos.

Um clássico da literatura a respeito da construção sócio-histórica da categoria “jovem” é o livro de Philippe Ariès (2017), “L’Enfant et la Vie familiale sous L’Ancien Régime”,

publicado pela primeira vez em 1973. O autor assinala a importância de compreender as categorias “jovem” e “criança” não apenas como categorias etárias ou biológicas, pois nem sempre, tanto entre povos ocidentais quanto entre povos não-ocidentais, houve uma delimitação por faixa de idade ou por desenvolvimentos orgânicos específicos. Isto é, a infância e a juventude constituem-se enquanto noções ou percepções que variam no tempo e no espaço e não podem ser naturalizadas como etapas da vida pelas quais todos os seres humanos irão passar em determinada idade e a partir de determinados sinais biológicos. Ariès aponta para a construção, na história ocidental, da categoria juventude, assim como sua vigência relacional com outras categorias, como infância e velhice. Nesse sentido, os estudos antropológicos favoreceram muito este ponto de vista ao descrever sociedades nas quais as noções de infância e juventude se afastavam das percepções dominantes no contexto ocidental, a exemplo de Evans-Pritchard (1978), Margareth Mead (1928) e Malinowski (1983).

Sallas e Bega (2006) analisaram o contexto dos estudos sobre juventude no Brasil a partir de pesquisas coordenadas pela UNESCO entre 1998 e 2000. Segundo as autoras, a relação entre “juventudes” e “violências” ou “cidadania” teria norteado grande parte das análises contemporâneas sobre os jovens e retomado a visão clássica do jovem como um “ser anômico, que coloca em xeque os modelos de integração social” (SALLAS E BEGA, 2006: p. 33). No entanto, outros estudos têm buscado romper com a visão instrumental dos jovens, como é o caso das próprias autoras citadas, optando por compreender a relação conflituosa de alguns jovens com a sociedade a que se vinculam a partir de uma visão crítica dos modelos de participação que os adultos desenham e sugerem em suas expectativas sobre os jovens. Nesse sentido, tanto os estudos a respeito das juventudes quanto a sociedade mais ampla acabaram por incorporar um ponto de vista que subestimou a experiência dos jovens e sua autonomia e protagonismo, deixando de apreendê-los em um aparato teórico-metodológico mais adequado.

O interesse central de meu projeto de pesquisa está em construir uma etnografia sobre as práticas juvenis que possa contribuir na desnaturalização da visão de juventude como categoria universal e compreendida no singular, bem como ampliar a percepção sobre as práticas juvenis, particularmente as performances políticas de jovens sem-terra e indígenas, focalizando sua autonomia, protagonismo e pluralidade. Por outro lado, ao compreender a juventude do campo como plural e multifacetada, entende-se que é preciso constituir teoricamente também a noção de política, principalmente sob a perspectiva antropológica. Entende-se que as práticas políticas não estão encerradas em espaços

definidos, especialmente os espaços públicos, tradicionalmente entendidos como a esfera por excelência dos debates, das mobilizações e tomada de decisões. As práticas políticas estão para além da esfera de atuação institucional e do Estado, como têm enfatizado os estudos oriundos do campo da antropologia da política (KUSCHNIR e CARNEIRO, 1999). Há que se levar em contato a relação intersubjetiva dos sujeitos envolvidos na construção do que é política e quando e onde ela acontece. Em outras palavras, a pesquisa pretende observar as diferentes formas de fazer e perceber subjetivamente a política entre jovens indígenas e sem-terra, partindo particularmente das narrativas e performances políticas de estudantes do curso Interdisciplinar em Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas: Licenciatura, da UFFS campus Laranjeiras do Sul.

Algumas das situações em que pude presenciar a conjugação de demandas políticas entre jovens sem-terra e indígenas aconteceram durante a realização de *místicas* na abertura de seminários, palestras e noites culturais pelos estudantes do curso. A *mística* é uma prática já consagrada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em suas ações, eventos, congressos e encontros. Moscal (2017, p. 206) a define como um “processo ritual e performativo” no qual diferentes elementos são nele integrados, como a música, o teatro e o discurso. Ainda segundo Moscal, desde a gênese do MST há na *mística* a influência da dimensão religiosa, seja do catolicismo popular, seja de correntes da Igreja Católica como a Teologia da Libertação. Nesse sentido, “(...) a *mística* é força e poder movente entre os sem-terra” (MOSCAL, 2017: p.17), conferindo à prática uma multiplicidade de elementos performativos de diferentes ordens, não podendo ser compreendida fora desta articulação. A *mística* também não se reduziria à “representação” da luta dos sem-terra, através de encenações que fariam alusão às ocupações de terra ou à exploração dos trabalhadores pelo grande latifúndio. Para Chaves (2000, p.56), “(...) não é incidental que essa elaboração múltipla receba no MST o nome de *mística*. [...] a *mística* no MST não apenas evoca e congrega, ela comunica e faz acontecer”.

Da perspectiva antropológica, os estudos sobre rituais e também os estudos sobre performance têm contribuído há muito justamente sobre esse ponto; isto é, não se pode pensar os eventos rituais e as performances a partir de uma separação entre o mito e o rito, o discurso e a ação, “o dito e o feito”. Citando Austin (1962), Peirano (2002, p. 10) chama a atenção para a eficácia das palavras como *atos*, agentes que não apenas referenciam ou descrevem situações, mas que as criam, “fazem coisas por meio de seu próprio pronunciamento”.

No contexto do CEAGRO, onde interagem os estudantes do curso, a proposição, composição e apresentação das místicas faz parte do cotidiano de atividades acadêmicas, como a abertura de seminários e palestras, principalmente a respeito da temática da Educação do Campo. Nestas atividades, participam estudantes oriundos de assentamentos da reforma agrária e acampamentos organizados pelo MST, jovens indígenas de diferentes TI's e aldeias da região e também jovens de outras comunidades do campo e de pequenas cidades do Paraná. Assim, diferentes perspectivas e subjetividades se articulam em eventos como as *místicas*, mas também ocorreram no processo de ocupação da universidade em 2016, quando os estudantes protestaram contra medidas do Ministério da Educação, ocupando um dos blocos do campus da UFFS em Laranjeiras do Sul durante cerca de 45 dias. As relações estabelecidas por estes jovens a partir de suas performances políticas suscitam questões importantes do ponto de vista do campo de estudos sobre juventudes, particularmente as juventudes no campo, mas também da teoria da performance e da prática, em seu desenvolvimento no campo da antropologia.

No contexto do curso de licenciatura e em outros espaços, jovens indígenas e sem-terra dialogam sobre as possibilidades de suas performances, compartilhando as místicas, os acampamentos, as danças, rituais e mitos Kaingang e Guarani, ressignificando identificações étnicas e políticas. Nesse sentido, a pesquisa visa compreender, sobretudo, como as performances políticas entrelaçam estes jovens com especificidades étnicas e identitárias tão importantes, configurando em suas narrativas noções como “juventude do campo”, “juventude indígena”, “juventude sem-terra”.

Algumas considerações metodológicas

A pesquisa consiste em realização de trabalho de campo com observação participante e realização de entrevistas semiestruturadas, além de registro audiovisual de manifestações, encontros, congressos e outras atividades de articulação política de jovens indígenas e sem-terra no Paraná. Como principais interlocutores, estão os estudantes do curso de Educação do Campo – Ciências Sociais e Humanas da UFFS, mas não se restringe a eles, já que prevê a participação de outros jovens que venham a ser apresentados à pesquisa ou que se relacionem com os estudantes em suas práticas políticas. Nesse sentido, a amostra é composta de estudantes que se autodeclaram como indígenas e que se identificam enquanto camponeses ou pequenos-agricultores, preferencialmente

aqueles articulados ao MST (que se autodefinem como “sem-terra”) e que participam de movimentos pela demarcação de territórios indígenas e educação do campo. Estão matriculados no curso de Educação do Campo atualmente cerca de 200 estudantes. Obviamente que nem todos irão participar da pesquisa, mas a partir daqueles que têm interesse e se adequam ao perfil supracitado, serão realizadas observações nos eventos em que estes estudantes participem, acompanhando suas vivências em espaços para além da universidade. Em tempo, serão utilizados pseudônimos para identificar todos os participantes da pesquisa. O cenário político atual traz algumas preocupações para pesquisas que tomem os movimentos sociais como objeto, tendo em vista a promessa de criminalização dos mesmos por parte do governo eleito, enquadrando-os como “grupos terroristas”.

A análise dos dados relaciona-se ao objetivo geral da pesquisa que é o de realizar uma etnografia das performances políticas de jovens indígenas e sem-terra, procurando perceber em suas práticas e narrativas a articulação em torno da luta pela terra e demarcação de territórios, além de percepções subjetivas sobre participação política entre jovens do campo. A etnografia é a base da pesquisa antropológica, pois assume a tarefa central de transpor a pesquisa de campo para o texto acadêmico, concebendo analiticamente aquilo que foi visto e ouvido durante a pesquisa. Segundo Peirano (2014):

Resta uma questão incômoda: toda etnografia é boa? Boas etnografias cumprem, pelo menos, três condições: i) consideram a comunicação no contexto da situação (cf. Malinowski); ii) transformam, de maneira feliz, para a linguagem escrita o que foi vivo e intenso na pesquisa de campo, transformando experiência em texto; e iii) detectam a eficácia social das ações de forma analítica (PEIRANO, 2014: p. 386).

Após o resultado da eleição presidencial de 2018, sinalizou-se um cenário bastante dramático para esta pesquisa. A etnografia começa a descortinar processos de resistência que remontam à metade do século XX no Brasil e, no caso dos jovens indígenas, a períodos ainda mais longínquos de sua história. Parece urgente repensar de que maneira a etnografia pode e deve servir como um instrumento de respeito aos direitos humanos e também de denúncia à sua violação. Não se trata tão somente de uma boa etnografia, mas de uma etnografia que possa enfrentar os desafios políticos e acadêmicos que nos esperam a partir 2019.

Referências

ABRAMOVAY, Mirian et al. **Gangues, galeras, chegados e rappers. Juventude, violência e cidadania nas cidades da periferia de Brasília.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: LTC, 2017.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CALDART, Roseli (org.) **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Processos de Construção da categoria juventude rural como ator político: participação, organização e identidade social. 26ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 01 a 04 de jun/2008, Porto Seguro, *Anais da 26ª Reunião Brasileira de Antropologia.* Porto Seguro: RBA, 2008, p.340-355.

CHAVES, Christine de Alencar. **A Marcha Nacional dos Sem Terra, Um Estudo Sobre a Fabricação do Social.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2000.

COLEMAN, James S. **The adolescent society. The social life of the teenagers and its impact on Education.** Nova Iorque: Macmillan Company, 1961.

EVANS-PRITCHARD, E. E. *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande.* Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GENNEP, A. V. **Os ritos de passagem.** Vozes: Petrópolis, 1977.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. **Estudos Históricos**, 24, 1999.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica.** São Paulo, 34, 1994.

MALINOWSKI, B. **A vida sexual dos selvagens.** Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

MEAD, Margareth. **Coming of age in Samoa: a psychological study of primitive youth for Western civilization.** New York, London, Toronto, Sydney: Harper Perennial, 2001.

MORIN, Edgar. **Cultura de massas no século XX.** Rio de Janeiro: Forense, 1986.

MOSCAL, Janaina dos Santos. *Sentimentos da luta: música e mística no movimento dos trabalhadores rurais sem-terra.* 2017. 283f. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

PEIRANO, Mariza (org.) **O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

_____. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, ano 20, n. 42, Porto Alegre, 2014, p. 377-391.

SALLAS, Ana Luisa Fayet et al. **Os jovens de Curitiba; esperanças e desencantos.** Juventude, violência e cidadania. Brasília: Unesco, 1999. (Edições Unesco).

SALLAS, Ana Luisa Fayet; BEGA, Maria Tarcisa da Silva. Por uma Sociologia da Juventude: leituras contemporâneas. **Política e Sociedade**, n.8, 2006, p. 31-58.